

Parecer

Ao Conselho de Opinião (CO) da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A., (RTP, SGPS, S.A.), criado nos termos e para os efeitos previstos no artigo 6.º da Lei n.º 33/2003, de 22 de Agosto, em conformidade com a alínea a) do art. 22.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A., compete apreciar os Plano de Actividades e Orçamento para o Exercício do Ano de 2005, e que, para tal, lhe foram submetidos pelo Conselho de Administração da Sociedade.

Assim, analisada a documentação apresentada e ouvido o Conselho de Administração, o Conselho de Opinião emite os seguinte Parecer:

I. Introdução

1. No nosso Parecer referente ao Ano de 2004 escreveu-se que *“O Plano de Actividades que nos é [era] presente, apesar de algumas melhorias formais introduzidas, contém ainda uma sistematização e articulação merecedora de reparo...”*

Tratou-se de uma reserva formal que importa agora lembrar para referir que o documento submetido a este Conselho apresenta nesse sentido melhorias substanciais, permitindo já uma leitura coerente, se bem que ainda se lhe reconheçam falhas na homogeneização da informação prestada, que peca por um manifesto desequilíbrio quanto aos elementos fornecidos pelos diversos sectores da Empresa.

Para além disso, ainda não foi desta vez que se cumpriram os prazos exigíveis para a sua apresentação.

- 1.2 O Plano de Actividades para 2005 da RTP, SGPS, S.A., (P.A. 2005), ora em análise, o primeiro apresentado pela nova Empresa enquanto Grupo Empresarial, contém resposta a algumas questões levantadas no ano transacto pelo CO quanto à necessidade de mais e melhor formação, e também de mais programas infantis e juvenis, e uma aposta no teatro nacional, ⁽¹⁾ o que parece indicar que a Rádio e a Televisão públicas assumem a sua natureza de serviço público, o que, aliás, já começa a ser reconhecido pela sociedade portuguesa. Porém, apesar destes significativos avanços, este Plano de Actividades é ainda assumidamente generalista e pouco especializado, mas respeitando no essencial a linha de referência dos avanços na consolidação da gestão integrada e equilibrada dos serviços públicos da Rádio e Televisão, de acordo com o modelo anunciado pelo Conselho de Administração da Empresa em 2003/2004.

Deste modo, os objectivos anunciados no P.A 2005 podem ser considerados, genericamente, um reforço qualitativo na continuidade da política empresarial que vem sendo implementada no grupo RTP, SGPS, S.A..

- 1.3 É natural que após o ano de 2004, de profundas mudanças na estrutura de todas as Empresas do Grupo, o PA 2005 revele alguma prudência nos objectivos que aponta, pelo que se entende que o Plano de Actividades apresentado seja mais para consolidar do que para inovar.

¹ O tratamento destas matérias começa a ser evidente na Televisão, mas na Rádio está longe de ser satisfatório.

Gostaria, porém, este Conselho de Opinião de ver reflectido neste PA algo mais do que juntar o conjunto de contributos que reflectem as ideias das direcções, enquanto entidades "individuais".

O que se pretende e deseja é que nos seja presente uma ideia de conjunto, nascida da prestadora de serviço público de rádio e televisão, ou seja, que o Conselho de Administração nos apresente um documento que reflecta a sua estratégia de serviço público, assim como "a aquisição de sua nova cultura" de Empresa, pese embora se reconheça e se aceite que só com tempo tal se consegue, plenamente.

- 1.4 No que se refere ao contrato plurianual, a análise do PA 2005 apresenta uma limitação, pois este é apenas um dos quatro anos do contrato de concessão do serviço público a prestar pela RTP, SGPS, S.A..

Teria sido vantajoso que o Conselho de Administração pudesse disponibilizar uma calendarização sumária dos objectivos a quatro anos, já que esse olhar de maior profundidade nos permitiria ter a visão de conjunto, evitando-se eventuais críticas por ausência no presente PA de referências a alguns objectivos, mas que poderão estar reflectidos nos próximos anos.

- 1.5 Importa, por fim, dizer, que o trabalho apresentado, apesar dos reparos formulados, é merecedor de todo o apreço por se traduzir num esforço louvável de encaminhamento das estações públicas de rádio e televisão na prestação de um serviço público digno de aplauso.

II. Enquadramento Geral

Plano de Actividades

Passemos agora à análise mais detalhada do Plano de Actividades.

2. Quanto aos Conteúdos:

- 2.1 Os projectos constantes do PA 2005 deixam antever uma renovação de conteúdos nos canais da Rádio e Televisão e, no caso desta, da criação de linhas de produção de programas, por géneros, que se integram na vocação da RTP, SGPS, S.A..

Há, no entanto, algumas diferenças conceptuais entre a Rádio e Televisão, mesmo no quadro da RTP, SGPS, S.A, que não podem deixar de ser referidos. Veja-se os seguintes exemplo:

- 2.1.1. A RTP.N. fortaleceu-se como canal de notícias, rentabilizando os recursos humanos técnicos e financeiros, dentro e fora do país, o que parece ser uma boa opção, mas essa opção não foi sequer discutida a nível da Rádio, em especial tendo em vista a possibilidade da existência de mais canais que o digital irá facilitar.

- 2.1.2. Por outro lado, a RTP e a RDP Internacional trabalham para os mesmos "públicos alvo", e se já utilizam a mesma rede básica de satélites para a distribuição do sinal, o resto da operação, dos contactos com as comunidades ao marketing de proximidade nas redes de distribuições de grande público, ainda parece estar cada canal para seu lado.

Trata-se, em nosso entender, de uma área que se crê dever ser rentabilizada em novos moldes e com recurso à mesma lógica empresarial que preside ao conjunto da Empresa;

2.1.3. A mesma situação se passa com a RDP e a RTP África. É por demais evidente que a RTP África, que opera as delegações da RTP nas cinco capitais dos países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), poderiam e deveriam trabalhar em conjunto. Aliás, é de nos interrogamos sobre se delegações como essas, porventura, não seriam igualmente muito úteis no Brasil e nas grandes comunidades de portugueses espalhadas pelo mundo, e que poderiam perfeitamente servir a RDP e RDP África, e os restantes canais de Rádio e de Televisão da RTP, SGPS, S.A..

Mas, há outras matérias que merecem referência.

2.2 Importa, igualmente, destacar a criação das linhas de produção de programas de stock para a Televisão.

Tal como nas acções já desenvolvidas para a recuperação do Arquivo RTP, percebe-se que a RTP, SGPS, S.A., pretenda passar a dispor de conteúdos de qualidade em que, para além de uma primeira exibição no canal cliente, se possa alargar o seu período de vida útil, noutros canais, noutros suportes, como o DVD, e em todos os suportes electrónicos das várias plataformas de distribuição existentes ou a criar.

Investir em linhas de produção de programas para a criação de activos em stock pode, quando estes sejam de qualidade, como se detecta, revelar-se como uma das medidas de gestão a acarinharem no estabelecimento dos objectivos da RTP, SGPS, S.A..

O mesmo princípio é aplicável no caso do valiosíssimo património musical da RDP.

Seria, pois, desejável que fossem fornecidos dados mais concretos sobre a implementação desta estratégia, para além dos elementos relativos obtidos, já referidos no PA 2005, para se ter uma ideia precisa das janelas de exibição e formatos previstos para cada género

2.3 Há, por outro lado, uma área na cadeia de valor da indústria de conteúdos de que, em Portugal, a RTP, SGPS, S.A., seguramente é uma dupla âncora (produção e programação) que tende a controlar o conjunto. Falamos das plataformas de distribuição. Não se trata de uma questão técnica, o PA 2005 refere que foi difícil, e leva tempo negociar com a TV Cabo, quase monopolista na rede de cabo e monopolista no pacote de distribuição digital directa.

O PA 2005 diz ainda que a questão de Televisão Digital Terrestre será devidamente acompanhada em 2005, mas não apresenta a posição da RTP, SGPS, S.A., nesta matéria que se entende de grande importância para o futuro de Televisão em Portugal. A plataforma digital vai substituir, o curto prazo, a analógica, sendo, por isso, e face ao potencial resultante dessa nova tecnologia, importante que RTP, SGPS, S.A., promova um amplo debate que nos permita perceber e apontar os caminhos a seguir, quer a Empresa deseje ser apenas um fornecedor de conteúdos, como poderão surgir muitos mais, quer prefira agir enquanto serviço público nas áreas de cadeia de valor da indústria.

A importância desta matéria impunha que no Plano de Actividade se fosse além de simples generalidades.

2.4 O PA 2005 dá também conta de várias melhorias nas redes próprias de emissão analógica e digital, dos canais de rádio. Mas, nada é referido quanto à importância económica e técnica que isso possa representar para a Empresa. É nosso entendimento que esse activo, plataforma de distribuição nacional e universal, pode ser utilizado em todo o seu potencial, prestando serviço a terceiros, e daí resultando um claro benefício económico para a Empresa.

- 2.5 Ainda de acordo com os dados constantes do PA 2005, existe uma clara separação, no terreno das distribuições ao grande público e no marketing de proximidade, entre os dois canais da mesma empresa a RDP Internacional e a RTP Internacional, que visam afinal os mesmos mercados, mas nada é dito para quando e como se pretende desenvolver a gestão integrada destas actividades, que se justifica perfeitamente possa ser feita em conjunto.

III. Notas Específicas

3. Das Delegações dos Açores e da Madeira

- 3.1 Estranha este Conselho de Opinião que sobre o “futuro político” dos Centros de Emissão Regional dos Açores e da Madeira nada seja dito, o que não se pode deixar de referir como, no mínimo, preocupante.

O Conselho de Opinião, nos termos legais, designadamente da alínea c) do n.º 2 do artº 6º da Lei nº 33/2003, de 22 de Agosto, conjugada com a alínea e) do artº 22º do Estatutos da Empresa, tem direito a acompanhar e a ser ouvido sobre a forma como decorrem estas negociações, com vista à sua “autonomização”.

Assim sendo, o silêncio do PA 2005, no que se lhe refere, não pode deixar de ser ressaltado, com ênfase e preocupação.

Quando, à política de recuperação de infraestruturas, em particular da televisão, instalada em edifícios velhos e degradados, quer em Ponta Delgada, quer em Angra do Heroísmo e na cidade da Horta, nada é igualmente referido, o que não pode deixar de se sublinhar como fortemente negativo.

- 3.2 Louva-se, porém, e apesar disso, a intenção de tentar aumentar a produção regional na televisão, bem como a melhoria das condições de emissão da rádio a nível de todas as ilhas na Região Autónoma dos Açores.

4. Das RTP I e RTP África/RDPI e RDP África/Delegações

- 4.1 No que respeita a África, o PA 2005 prossegue o objectivo de operações de grande manutenção nas redes terrestres de emissões da RDP e RTP África e ainda o apoio a Timor, bem como a substituição de equipamentos.

Contudo, não é inteiramente claro se tal acontecerá em 2005 ou nos anos seguintes e se se trata de uma decisão de exclusiva responsabilidade da RTP, SGPS, S.A., ou se nesses custos estão envolvidas verbas da cooperação com África e Timor e que sejam disponibilizadas pelos Estado Português.

O PA 2005 indica, também, que será feito um esforço acrescido para melhorar a distribuição do Teletexto. Mas, não há a garantia de, à partida, o teletexto estar disponível para qualquer telespectador de todos os canais de Televisão da RTP, SGPS, S.A., como seria desejável, e se tal irá acontecer dentro e fora do País.

- 4.2 As medidas já tomadas e as previstas no PA 2005 na gestão integrada das áreas da Empresa fora da sede de Lisboa revelam racionalidade económica e bom senso, e está-se em crer, irão contribuir também para que cresça uma “nova cultura empresarial”, o que não pode deixar de se apoiar e fazer ressaltar. Por isso, gostaríamos de ver reflectidos estes mesmos princípios no que diz respeito às delegações, lato senso, no Estrangeiro.

Se é verdade que o mercado africano está coberto, e bem, com Delegações nas capitais dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), mesmo que permaneça uma separação de facto e no terreno entre a RDP África e a RTP África, acontece que o mercado de canais internacionais da RDP e da RTP nas grandes comunidades portuguesas, e no Brasil, não possui qualquer apoio desse tipo, que possibilite arranjar distribuidores para o grande público e aumentar e consolidar audiências.

Trata-se de uma situação que, acreditamos, merece ser considerada.

- 4.3 Importa do mesmo modo referenciar que o PA 2005 é omissivo em relação às actuais audiências da RDP e RTP África e Internacional e qual o crescimento que se pretende. Esta informação permitiria, porventura, ver se é desejável e exequível que as relações com o mercado, audiência, distribuidores, mesmo publicidade, dos canais internacionais da RDP e da RTP, tenham ou não o apoio directo de Delegação/Delegados estrategicamente colocados no mundo.
- 4.4 O caso de Timor merece uma nota autónoma, dado que também aí se está a fazer um esforço significativo de investimento em meios técnicos de emissão. Porém, será desejável, que sejam “exigidas” contrapartidas de tempos de emissão em Língua Portuguesa, pois de outra forma o povo português não entenderá o investimento realizado ou a realizar.
- 4.5 Por fim, quanto a estes canais, que cobrem hoje todo o mundo, não se pode deixar de recomendar, vivamente, que eles não se traduzam em meros canais revivalistas (de um Portugal de Saudade, louvável certamente, mas limitativo) e de futebol. A RTP e a RDP Internacionais, a RTP e a RDP África têm que se assumir como ponta de lança da estratégia económica nacional e ter uma postura de defesa dos interesses do turismo e da economia nacionais. Só assim se compreenderá, e aceitará, o tremendo esforço financeiro que é feito com a sua existência.

5. Dos Emigrantes aos Imigrantes

- 5.1 O PA 2005 tem na área de imigração uma “ausência” de vulto: não se propõe tratar, em termos de serviço público de rádio e televisão, programas que visem o envolvimento da comunidade imigrante existente em Portugal. Não será invocando que existe a RTP ou a RDP África para abordar esta matéria que se dá resposta a esta questão. De facto, os números são claros. Com referência a 2002, a maior comunidade imigrante existente em Portugal é ucraniana, com cerca de 33% do total geral, a que se segue a do Brasil, daí que não se possa compreender que para o sector africano imigrante exista um declarado e expresso apoio e nada seja proposto ser feito no sentido, não só da integração como de um melhor conhecimento das culturas dos imigrantes do leste da Europa e do Brasil.

Bastaria estar atento ao que se passa, por exemplo, em Inglaterra para perceber como se tratam estes problemas de serviço público. ⁽²⁾

² A secção de Lincolnshire da BBC apresenta semanalmente um noticiário em português destinado a emigrantes portugueses aí residentes. Não é preciso inventar, basta apreender a respeitar os outros.

6. Do Desporto ao futebol

- 6.1 Cabe ao serviço público da rádio e televisão ultrapassar o que representa hoje uma evidente “doença” nacional: o futebol e, de entre este, apenas o profissional. A verdade é que hoje o futebol, para além de entretenimento, é um poderosíssimo negócio, razão bastante para que o serviço público de rádio e televisão não possa ser “instrumentalizado” por esses interesses.

O futebol tem, por tradição, um peso excessivo na sociedade portuguesa, mas o reconhecimento desse facto, não nos deve obrigar a aceitar transformá-lo em desígnio da vida nacional.

Será aceitável que os serviços públicos de rádio e televisão, em especial nas emissões internacionais abram os seus principais jornais nacionais (e mundiais), tendo como facto mais relevante do País a contratação de um qualquer treinador ou jogador de futebol?

Entende o Conselho de Opinião que deverão ser fixados critérios de transmissão que envolvam eventos de elevado relevo desportivo noutras modalidades, para além do futebol. Por exemplo, competições europeias que se realizem em Portugal, grandes torneios e provas de impacto internacional.

Este Conselho gostaria de ter uma resposta clara sobre essa matéria, esclarecendo que o facto de reconhecer que se trata de critérios editoriais o não limita no seu direito à informação, discussão e crítica.

7. Da Formação

- 7.1 Louva o CO o esforço de formação dos profissionais da rádio e televisão que este Conselho de Administração está, e pretende continuar, a desenvolver. Mas, torna-se urgente ir mais longe e difundir, para além dos conhecimentos técnicos, também a cultura cívica, o sentido nacional e internacional dos valores e dos princípios.

- 7.2 Acrescenta se ainda que, embora registando com agrado as significativas melhorias que também neste campo se têm verificado no mandato da actual administração, não pode o CO deixar de pedir maior atenção e esforço no sentido do cumprimento escrupuloso da especial obrigação que impende sobre o concessionário do serviço público de proporcionar um informação rigorosa, independente e pluralista.

Aliás, neste domínio, o Conselho de Opinião recomenda ao Conselho de Administração que promova uma verdadeira reflexão sobre os modelos informativos em vigor nos canais de serviço público, que chegam a durar horas, e, ainda por cima, cheios de vacuidades. Também no plano dos comentadores, não é desejável que se misturem especialistas, comentadores, analistas, jornalistas e representantes partidários, fazendo crer que todos eles são parte do mesmo modelo de análise.

No serviço público exige-se certamente pluralismo, mas isso não é impeditivo de que se recorra a especialistas, em particular académicos, que apresentem visões técnicas fundamentadas da realidade portuguesa.

Tem de se assumir corajosamente que o modelo informativo desenvolvido entre nós não tem paralelo em nenhum país da União Europeia, para não ir mais longe.

- 7.3 De igual modo, se recomenda que a Programação na sua preparação, seja objecto de um maior debate interno no sério dos canais, enquanto exercício de formação e base da criação de uma consciência estratégica de serviço público nesse domínio.

8. Da Programação Juvenil e Infantil

- 8.1 Gostaria ainda este Conselho de chamar a atenção para a forma um generica das propostas de programas juvenis e infantis para a Televisão e a sua quase ausência na Rádio, como já foi referido.

Na realidade, a juventude está hoje confrontada com gravíssimos problemas: droga, toxicodependência, educação sexual, doenças transmissíveis, violência nas escolas, discriminação, bebida, tabaco, saúde, emprego, segurança rodoviária, entre outras matérias, que só por si justificariam que o serviço público de televisão e rádio lhes dedicassem uma profunda atenção. Não importa que se comparem, por exemplo, os recursos financeiros e outros que o serviço de rádio e televisão investe no futebol com os que estão destinados às causas infantis e juvenis.

Não, não é essa a questão, embora seja legítimo que o contribuinte português se possa questionar sobre isso.

A solução está no investimento a fazer na juventude portuguesas e na abordagem equilibrada e inteligente que as matérias que lhe dizem respeito requerem.

Por isso, o Conselho de Opinião desafia o Conselho de Administração a, face à importância social e educativa da problemática, dedicar-lhe mais e melhor atenção.

9. Dos Estúdios e Museu

- 9.1 Há uma nota, no que se refere aos investimentos com os estúdios e o museu, que este Conselho não pode deixar de salientar.

Compreendendo-se e aceitando-se que a Empresa carece de instrumentos que lhe permitam actuar na regulação do mercado, não deixa de ser aparentemente contraditório que, seguindo a RTP, SGPS, S.A., uma política de desmobilização de infraestruturas, se venha agora, ao arripio dessa política, avançar com a construção, convenhamos que de significativa importância financeira, de estúdios e outros equipamentos de apoio e que acarretam por inerência encargos de pessoal.

Não seria mais desejável fazer funcionar neste domínio o mercado, no modelo até aqui seguido de terceirização de serviços?

Para este Conselho teria sido importante que a resposta a esta dúvida tivesse sido dada, de forma suficientemente sustentada, o que não aconteceu.

Já quanto à construção do museu (que em nosso entender deverá ser do Audiovisual), não faria sentido ter como parceiros, por exemplo, a Câmara Municipal de Lisboa?

Gostaríamos de obter resposta para estas dúvidas. ⁽³⁾

10. De a "A2" à Sociedade Civil

- 10.1 Compreende este Conselho de Opinião que se pretenda interagir com a sociedade civil com o canal de a "A2". Porém, a questão que se coloca é a de saber se este canal, com uma rede de abrangência praticamente igual à do Canal 1, está a ser convenientemente aproveitado. Fazer boa televisão (aliás, como boa rádio) com poucos meios é possível,

³ Em esclarecimentos posteriores, dados ao CO, o CA esclareceu que não havia alterações na política que vinha sendo seguida, e que estes investimentos permitiriam a libertação e venda das instalações do Lumiar e da Abrunheira, e que por outro lado não se tratava de um museu, mas de um espaço museológico para exposições temporários Já a questão do que vivia a acontecer ao actual museu da Rádio (de riquíssimo valor patrimonial) não encontrou resposta clara.

mas o grande desafio está em saber se com esses meios (sobretudo os financeiros) não é possível fazer ainda melhor!.

O desenvolvimento de linhas de produção nacional de documentários será um dos exemplos que poderão ser dados neste âmbito.

Para isso, este Conselho de Opinião desafia o Conselho de Administração a abrir um debate nesse sentido, dispondo-se, desde já, a participar activamente nessa discussão.

Importa ainda reter que o Conselho de Opinião, nos termos da legislação em vigor, não abdica do direito que lhe assiste de acompanhar a actividade de a "A2."

11. Dos Arquivos

Já quanto aos Arquivos, salvaguardade a questão da precariedade das instalações, que se sobre estar em vias de encontrar solução, nós não podemos deixar de ser referida pelos riscos que acarreta, quer da Rádio quer da Televisão, está a ser realizado um trabalho notável. Mas, há ainda um longo caminho que importa percorrer, quanto à criação de mais valias financeiras a partir deles, em particular no da Rádio que está verdadeiramente por explorar.

O Serviço Público não é "inimigo" do desenvolvimento de projectos comerciais quanto ao conteúdo dos arquivos, pelo contrário, os seus tesouros só terão sentido se forem colocados ao serviço do público.

Uma visão conservadora e redutora do património que os arquivos representam, em termos de conteúdos, é prejudicial à Empresa e ao Público, em geral.

12. Dos Eventos Âncora e seu Aproveitamento

12.1 Quanto aos "eventos âncora", nacionais ou realizados entre nós, entende-se que não estão a ser aproveitados em toda a sua extensão. A Rádio e a Televisão públicas têm uma extraordinária missão dinamizadora de eventos que, pela sua importância, podem acarretar prestígio e também mais-valias financeiras.

Dá-se disso como exemplo: as temporadas artísticas, o dia mundial da música, ou as actividades levadas a cabo nas cidades capitais da cultura.

Porque razão não são melhor aproveitados estes eventos?

E, como estes, outros haverá que, servindo o interesse público, protegem de certo modo os interesses financeiros das Empresas do Grupo.

Em Conclusão:

Assim, tudo analisado e ponderado o Plano de Actividades e o Orçamento para o Exercício de 2005 da RTP, SGPS, S.A., o Conselho de Opinião, com as seguintes recomendações:

O Conselho de Opinião Recomenda que:

- a) Se continue e intensifique a louvável política de formação dos profissionais de serviço público da Rádio e da Televisão públicas, com particular atenção no domínio e uso da Língua Portuguesa;
- b) Se dedique mais atenção à juventude portuguesa, que é o mesmo que dizer ao nosso próprio futuro colectivo, com a abordagem e tratamento de temas tão importantes como sejam, a droga, o álcool, o tabaco, a educação sexual, a saúde, o emprego, a segurança rodoviária, o empreendedorismo;

- c) Se abra espaço para uma reflexão sobre o papel da RDP e RTP Internacional e RDP e RTP África, quer quanto aos meios quer quanto aos objectivos estratégicos;
- d) Se crie a figura do Provedor da Língua Portuguesa de modo a apoiar a criação da Língua Portuguesa, enquanto vedor estratégico, da nossa presença no mundo;
- e) Se avaliem as contrapartidas dos apoios, em equipamentos, infraestruturas e formação, dadas no âmbito da cooperação;
- f) Se invista mais fortemente na produção de documentários, não só para uso próprio como para sua comercialização internacional;
- g) Se proceda a um esclarecimento, junto deste Conselho de Opinião, do estado em que se encontram as negociações, seus termos e condições, para a autonomização das delegações da Rádio e Televisão das Regiões Autónomas;
- h) Se reflecta, em acções em que este conselho se dispõe, desde já a participar sobre o actual modelo de informação implantado nos canais de serviço público de Rádio e Televisão, no respeito absoluto pelo pluralismo, mas também garantindo rigor técnico, competência e o princípio da especialização científica;
- i) Se debata amplamente o projecto de a "A2", tarefa em que o Conselho de Opinião pretende ser envolvido;
- j) Se crie um grupo de trabalho interno, no qual este Conselho manifesta a sua total disponibilidade para a participar, que pense a rádio e a televisão do futuro, e se equacione sua a evolução tecnológica e os novos produtos daí resultantes;
- l) Se valorize, também comercialmente, o vasto património musical e fílmico da Empresa.

IV. Quanto ao Orçamento para 2005

A- Nota Introdutória

Relativamente à apreciação do Orçamento para 2005 da RTP, SGPS SA; depara-se com alguns constrangimentos na leitura dos mapas anexos.

Na verdade, vários mapas têm inscrito a Unidade de Conta "1000 €", o que, se de facto assim fosse, estaríamos a falar de valores em milhares de milhões de euros e não, como facilmente se percebe ser a forma correcta, em milhões de euros.

Um outro factor que se prende com a análise gráfica, diz respeito ao "share". Não que os dados estejam incorrectos, mas tão só no tipo de gráficos utilizados. A diferenciação das linhas gráficas conduz a análises imprecisas; e o facto de terem sido apresentadas fotocópias a preto e branco aos membros de Conselho dificulta essa mesma análise.

Solicita-se que no futuro a Empresa divulgue a informação de uma forma mais concisa, correcta nas unidades de conta e com gráficos feitos de tal forma que, se forem reproduzidos a preto e branco, demonstrem os números efectivos, sem motivo para a existência de qualquer dúvida.

B- Análise da Demonstração de Resultados

Ao nível do Resultado Operacional, constata-se um resultado positivo em 2005 resultante de uma redução dos Custos Operacionais.

Apesar dos Proveitos Operacionais totalizarem 208.614,70 milhões de euros, os Proveitos Comerciais são no valor de 61.833,70 €, dos quais € 51.130,00 estão afectos ao Serviço da Dívida, expresso em tempo no Acordo de Reestruturação Financeira.

No entanto, e não colocando em causa estes últimos resultados, deparamo-nos com Resultados Correntes negativos ao nível do Grupo, resultante dos juros e encargos suportados com a reestruturação da dívida.

Mas, quando se chega ao Resultado Líquido, surge-nos com um valor positivo ao nível do Grupo e, inclusivamente, o valor negativo apresentado pela RTP, SGPS, S.A., é de menor importância, face aos valores envolvidos. Isto demonstra a constância de um caminho percorrido para o saneamento económico e financeiro da RTP, Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A..

C- Análise dos Proveitos e Custos por Canal

Naturalmente que o Canal 1 é o que apresenta um maior volume de Proveitos; no entanto, a RTP N, e de forma pouco esperada, apresenta o segundo maior valor ao nível de proveitos.

Esta constatação ao nível dos Proveitos não tem idêntica análise ao nível dos Custos, pois, se o Canal 1 tem um maior custo de grelha, já "A.2" assume a segunda posição, lembrando-se, porém, que neste último caso não existe publicidade nem receitas dos distribuidores por cabo ou satélite. Esta asserção já é verdadeira quando nos referimos aos Custos de Emissão. De qualquer modo, o Orçamento é parco a explicar, e fundamentar, a forte redução dos proveitos.

D- Custos com o Pessoal

A evidente reestruturação da RTP levada a cabo por esta Administração evidenciou, como prioridade, a redução do quadro de pessoal que se encontrava desajustado face aos índices de produtividade apresentados pela Empresa.

Embora tivessem ocorrido rescisões contratuais, afigura-se como enaltecido, como já foi referido antes, a especial atenção da Administração na formação dos seus quadros, bem como o recrutamento de novos elementos para áreas em que a RTP apresenta evidentes carências.

E- Fornecimento e Serviços Externos

A introdução de regras neste tipo de custos disciplinou a gestão, demonstrando que áreas sensíveis como a segurança e comunicações podem ser efectivamente controladas.

F- Comparação com o Plano Financeiro de Médio Prazo

O Resultado Líquido do grupo deverá, de acordo com o mapa apresentado, reflectir um lucro de 911,7 mil euros. E isto quando o Acordo de Reestruturação previa, para 2005, um prejuízo em cerca de 7 milhões e novecentos mil euros.

G- Custos Directos de Grelha

O Canal 1 apresenta um maior volume de custos, seguido de "A.2", RTP - Internacional e Canal Memória.

A pesar de existir um acréscimo de custos com a grelha, verifica-se uma redução desses custos, de 2004 para 2005, no Canal 1; por outro lado existe um acréscimo no canal "A.2", RTP - África, RTP - Internacional e RTP - Açores.

Ao nível dos conteúdos, assiste-se a um forte investimento nos programas recreativos, nos filmes e séries estrangeiras, surgindo em terceiro lugar a ficção nacional.

H. RTP - Meios de Produção

Assiste-se, em 2005, a uma redução dos Fornecimentos e Serviços Externos e a um ligeiro aumento dos Custos com Pessoal.

Verifica-se um decréscimo nas Prestações de Serviços devido ao factor "Euro 2004" que potenciou esta rubrica no ano transacto.

Assim sendo, e pese embora o que foi dito atrás, o Resultado Líquido crescerá 592%, passando de 70.647 € para 488.605 €.

I. Análise dos Custos por Género

Produção / Compra

De notar que, apesar do maior volume de custos nos programas recreativos, o custo médio desses programas é muito mais elevado na ficção nacional.

Tal facto não é de estranhar porque, como é do conhecimento geral, o custo unitário de produção nacional é bastante elevado.

Um dos bastiões do Canal 1 sempre foi a informação desportiva - constata-se que, apesar de continuar a ter o seu devido espaço na grelha, deixou de ser o bastião que orientava toda a programação, ocupando o sexto lugar no número de programas no canal.

A este facto está associado, como não poderia deixar de ser, o fim das transmissões dos jogos da Superliga.

Constata-se que, no último trimestre do ano, e já sem esses jogos, a audiência do Canal 1 aumentou, superando todas as expectativas.

Não obstante estes considerandos sobre a informação desportiva, esta continua a ser a segunda rubrica da grelha de programação mais elevada, ao nível dos custos médios.

Uma nota para a A.2 – 68% das horas de emissão são compostos pelos programas infantis e juvenis, artes e documentários; se a estes juntarmos os 7% da informação diária, ficamos com 75% da grelha preenchida, o que demonstra o objectivo deste canal, afirmando-se cada vez mais como uma alternativa aos restantes canais.

Quanto à RTP N, esta evidencia o objectivo para o qual foi constituída, pois detém 79% das horas de emissão dedicadas à informação.

Concluindo:

Tendo em consideração tudo o que foi dito, entende o Conselho de Opinião dar o seu parecer favorável ao Orçamento referente ao Exercício de 2005, apresentado pelo Conselho de Administração da RTP, SGPS, S.A..

Nota Final

Participação do CA

Sendo um documento de síntese, os dados referidos ao PA 2005 relativos à estratégia dos canais de rádio e televisão para o corrente ano não permitem ter uma ideia provavelmente mais correcta do seu potencial, pelo que é sempre útil poder contar com a presença dos responsáveis do Conselho de Administração para explicar o que já se consolidou e o que se pretende consolidar em 2005 e, como tendência, nos anos seguintes.

Por isso, não podemos deixar de agradecer a disponibilidade e abertura sempre manifestadas para esse efeito pelo Conselho de Administração.

Se muito já se fez nas audiências e nos formatos, a sua presença neste Conselho é sempre um bom momento para nos darem também a visão das expectativas, canal a canal, do que ainda está por fazer. Razão e fundamento bastante para reforçarmos o nosso espírito de colaboração activa com o Conselho de Administração, na sequência do início legal conforme alínea g) do art. 22.º dos Estatutos da RTP, SGPS, S.A..

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2005

Pelo Conselho de Opinião

(Manuel Coelho da Silva)